

22 JAN 2019

# BEM PARANÁ

#VISITA À REDAÇÃO DO BEM PARANÁ

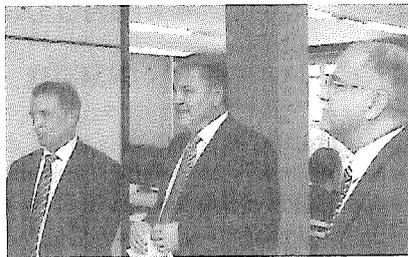
## Nova cúpula diretiva do TJ-PR toma posse

O presidente eleito do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, o 2º vice-presidente eleito, José Laurindo de Souza Netto, o Corregedor da Justiça, Desembargador Luiz Cezar Nicolau, e o novo diretor de Comunicação do Tribunal, Marden Machado, visitaram ontem a redação do Bem Paraná. Eles vieram entregar o convite para a posse da nova cúpula diretiva do TJ, marcada para o dia 1º de fevereiro, às 17h30, na Sala Desembargador Clotário Portugal.

Tomarão posse também o 1º Vice-presidente: Wellington Emanuel Coimbra de Moura, o Corregedor-geral: José Augusto Gomes Aniceto, a Ouvidora-geral Ana Lúcia Lourenço, a Ouvidora substituta, Maria Aparecida Branco de Lima. Farão parte do Conselho da Magistratura: Francisco Pinto Rabello Filho, Antonio Loyola Vieira, Joeci Machado Camargo e Lilian Romero.

### Perfil

O Desembargador Adalberto Jor-



Posse marcada para dia 1º

ge Xisto Pereira é Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), turma de 1988. Iniciou sua carreira em 1989, após aprovação em concurso público, como promotor de justiça. Ingressou na magistratura em 15 de junho de 1990, após nova aprovação em concurso público, sendo nomeado juiz substituto da Seção Judiciária de União da Vitória. Em 12 de abril de 1991 foi nomeado para o cargo de juiz de direito da comarca de Realeza, julgando, a seguir, nas comarcas de Siqueira Campos, Toledo, Ponta Grossa e Curitiba.

Foi professor de Direito Processu-

al Civil na Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), da qual também foi diretor no Núcleo de Curitiba (gestão 2002/2003). Lecionou a mesma disciplina nas Faculdades de Direito da UNIPAR (campus Toledo) e da PUC-PR (campus Curitiba).

Exerceu, ainda, o cargo de Conselheiro da Escola de Servidores da Justiça Estadual (2007/2009). Foi juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça (gestões 1997/1998 e 1999/2000) e da Presidência do TJPR (gestão 2003/2004).

Foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 22 de setembro de 2008, pelo critério de merecimento. Foi membro da Comissão de Regimento Interno do TJPR (gestões 2009/2010 e 2011/2012) e membro eleito do Conselho da Magistratura (gestão 2011/2012).

No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) exerceu, em 2016, por eleição do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça, os cargos de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, e no ano de 2017, o de Presidente.

22 JAN 2019

# BEMPARANÁ

## **Fux mantém votação secreta na Câmara**

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, decidiu manter a decisão do presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, que determinou que seja secreta a eleição que definirá a nova presidência da Câmara dos Deputados, em 1º de fevereiro. Fux analisou um recurso do deputado federal eleito Kim Kataguiri (DEM-SP), que acionou a Corte para que a votação seja aberta, mas teve o pedido negado por Toffoli no último dia 9.

Ao entrar com recurso contra a decisão de Toffoli, Kataguiri ressaltou que todos os atos da Câmara “devem passar pelos meios republicanos de controle” e que o voto secreto “afronta princípios e normas constitucionais, motivo pelo qual se faz imperiosa a concessão da segurança pretendida a fim de que o voto seja público”.

O recurso do deputado federal eleito foi analisado por Fux, que está comandando o plantão do Supremo pelos próximos dias. O STF retoma as atividades no dia 1ª.

22 JAN 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MARCO ASSEF

*Desembargador Adalberto  
Pereira assume o TJ*

O desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira assume a presidência do Tribunal de Justiça, em substituição ao desembargador Renato Braga Bettega, que esteve à frente do cargo nos últimos dois anos. Uma das metas do novo presidente do TJ-PR será implantar inteligência artificial para pesquisa nos processos em tramitação pelo Judiciário paranaense. “Com um avançado programa de tecnologia da informação, poderemos agilizar o funcionamento do Judiciário paranaense, sem nunca deixar de contar com o conhecimento dos nossos magistrados”, destaca Pereira. A posse acontece às 17h30, no dia 1º de fevereiro, no auditório do Tribunal de Justiça, no Centro Cívico.

22 JAN 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## O destino da Justiça do Trabalho



Em mais uma demonstração da politização do Poder Judiciário, juízes trabalhistas promoveram ontem, em dez Estados, atos de protesto contra a sugestão do presidente Jair Bolsonaro de extinguir a Justiça do Trabalho e transferir as ações trabalhistas para a Justiça Federal. Com apoio de advogados e procuradores trabalhistas, os manifestantes impediram o tráfego de veículos em frente a tribunais, durante algumas horas, e lançaram manifestos para “demonstrar a relevância da instituição”.

A proposta de extinção da Justiça do Trabalho foi apresentada por Bolsonaro em entrevista que concedeu dois dias após sua posse. Ele a justificou em nome da supressão de “entraves que dificultam a vida de quem produz”. Segundo o presidente, o Brasil tem um excesso de leis trabalhistas, o que encarece os custos dos empregadores sem que isso resulte em salários mais altos para os empregados. “É pouco para quem recebe e muito para quem paga. Alguém ganha R\$ 1 mil e o patrão gasta na verdade R\$ 2 mil. Algo está errado. Nos Estados Unidos quase não tem direito trabalhista. Até um ano e meio atrás no Brasil eram em torno de 4 milhões de ações trabalhistas por ano. Temos mais ações do que o mundo todo junto. Não adianta ter direito e não ter emprego. Qual país do mundo que tem Justiça do Trabalho?”, disse Bolsonaro.

Para acentuar a distância entre o que é uma simples intenção e o que pode ser realizado, associações de magistrados trabalhistas reagiram, prometendo promover vários atos de protesto – como o de ontem – e

anunciando que arguirão a inconstitucionalidade do projeto, quando for enviado para o Congresso Nacional. “A Justiça do Trabalho tem previsão no artigo 92 da Constituição. Sua supressão – ou unificação – por iniciativa do Executivo representará violação à cláusula da independência harmônica dos Poderes da República e do sistema republicano de freios e contrapesos”, afirmou, em nota, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público. Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil também criticaram Bolsonaro, que foi apoiado por entidades empresariais. A Confederação Nacional do Transporte acusou o Tribunal Superior do Trabalho de não cumprir determinações da reforma trabalhista que entrou em vigor em 2017.

Com a radicalização das posições, o debate em torno da continuidade ou da extinção da Justiça do Trabalho corre o risco de perder o foco. Ao contrário do que disse Bolsonaro, essa instituição existe em países como a Alemanha, Reino Unido, Suécia, Austrália e França. E, ao contrário do que alegam as associações de juízes, a ideia de extinção da Justiça do Trabalho – que foi criada há sete décadas pela ditadura varguista – não é nova. Por muito pouco ela deixou de ser fundida com a Justiça Federal, durante a votação da Emenda Constitucional n.º 45, que introduziu a reforma do Judiciário e foi aprovada em 2004, com apoio do presidente Lula, antigo líder trabalhista.

Na verdade, o debate gira em torno de dois pontos. Um deles diz respeito às mudanças no mercado de trabalho causadas pelo desenvolvimento tecnológico. Com a crescente complexidade da economia, os postos de trabalho se diversificaram a tal ponto que a imposição de uma

legislação específica funciona como uma camisa de força nas relações de emprego. Foi por isso que a reforma trabalhista de 2017 procurou valorizar o princípio de que o negociado entre as partes prevalece sobre o que está estatuído.

O segundo ponto diz respeito ao gigantismo da Justiça do Trabalho. Ela conta com cerca de 1,5 mil varas, 24 tribunais regionais e um tribunal superior integrado por 27 ministros, tendo em 2017 consumido R\$ 18,2 bilhões dos cofres públicos, dos quais 94% foram gastos com recursos humanos. Ora, se a tendência é de que a legislação trabalhista seja cada vez mais enxuta e as relações entre patrões e empregados sejam negociadas, qual a necessidade de manter esse oneroso e pesado aparato judicial?

Esses dois pontos é que devem prevalecer num debate objetivo sobre a extinção da Justiça do Trabalho.

22 JAN 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### STF cancela decisão de Fux sobre Renan

Rafael Moraes Moura  
Teo Cury | BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal cancelou ontem uma decisão do vice-presidente da Corte, ministro Luiz Fux, que havia encaminhado à Justiça Federal do Distrito Federal uma ação popular contra uma eventual candidatura do senador Renan Calheiros (MDB-AL) à presidência da Casa. Segundo o sistema processual da Corte, houve um “lançamento indevido” na divulgação da decisão de Fux.

Depois do “equivoco”, o site do STF retirou do ar texto escrito pela Secretaria de Comunicação, que havia divulgado na internet o teor da decisão “cancelada” de Fux. O gabinete do ministro informou que ele não se manifestaria sobre o episódio. A Secretaria de Comunicação também não se pronunciou.

Ação contra Renan foi movida por Rubens Alberto Gatti Nunes, coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), que sustenta que o emedebista “não possui bons antecedentes na Justiça brasileira”, já que “responde a inúmeras investigações” perante o Supremo. O senador é alvo de 14 inquéritos na Corte. A eleição para a presidência do Senado está marcada para 1.º de fevereiro.

Na decisão agora “cancelada”, assinada na sexta-feira passada, Fux afirmou que a ação popular é um “importante mecanismo de democracia participativa”, mas que são necessários requisitos para que ela seja apreciada pelo Supremo. “A ação popular ora proposta não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte”, escreveu Fux.

O coordenador do MBL disse ao Estado que foi “surpreendido” com o “cancelamento”.

22 JAN 2019

# TRIBUNA DO PARANÁ

# É HORA DE SE EXPLICAR!

Ex-governador Beto Richa e demais réus devem começar a depor na ação da Operação Rádio Patrulha entre os dias 4 de fevereiro e 1º de março

Giulia Fontes  
Gazeta do Povo

O ex-governador Beto Richa (PSDB) foi intimado pela Justiça para a audiência de instrução na ação penal originada a partir da Operação Rádio Patrulha. Além dele, os demais réus também tiveram mandados expedidos, entre eles o irmão do ex-governador, Pepe Richa; e o ex-chefe de gabinete do tucano, Deonilson Roldo (que segue preso por outra operação, a Piloto). As audiências, as primeiras desde que as denúncias contra eles foram aceitas pela Justiça, acontecem entre os dias 4 de fevereiro e 1º de março.

Além dos réus, foram chamados a depor uma série de testemunhas arroladas pelos réus e pela acusação. Entre elas, estão os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Durval Amaral e Ivan Bonilha; o ex-procurador-geral do estado, Sérgio Botto de Lacerda; e o atual secretário da Casa Civil, Guto Silva.

Outras duas testemunhas são delatores: o ex-deputado Tony Garcia, que acusa o ex-governador de fraudes no programa Patrulha do Campo; e Maurício Fanini, ex-diretor da Secretaria de Educação que fechou acordo de colaboração premiada no âmbito de outra operação, a Quadro Negro.

## Relembra a operação

Deflagrada em setembro de 2018, a Operação Rádio Patrulha investigou um esquema de corrupção envolvendo o programa Patrulha no Campo, de conservação de estradas rurais. De acordo com a investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gae-co), agentes públicos teriam recebido valores na ordem de R\$ 8,5 milhões em vantagens indevidas, obtidas por meio de fraudes em licitações.

Por causa da operação, 15 pessoas tiveram mandados de prisão expedidos, ainda

em setembro. Entre elas, estavam o ex-governador Beto Richa; a mulher dele, Fernanda Richa; e Pepe Richa. Eles foram soltos dias depois. Fernanda não entrou na lista final de réus da ação.

Uma das chaves da investigação é a delação premiada do ex-deputado Tony Garcia, que gravou trechos de conversas com os réus. Em um deles, segundo o delator, Beto teria tratado de propinas pagas pelos empresários que participaram das licitações da Patrulha no Campo, referindo-se aos valores como "tico-tico".

**CONTINUA**

22 JAN 2019

# TRIBUNA DO PARANÁ

## CONTINUAÇÃO

### Outrolado

À época do acolhimento da denúncia pela Justiça, as defesas de Beto e Pepe Richa, e também de Deonilson Roldo, disseram que se manifestariam no processo.

Sobre a denúncia elaborada pelo Ministério Público do Paraná, a defesa dos irmãos Richa afirmou que o conteúdo se baseava “única e exclusivamente em termos de depoimento de colaborador premiado já conhecido do Poder Judiciário paranaense, sem qualquer base em provas de suas falaciosas alegações”.

O texto conclui dizendo que “permanece a confiança na Justiça, que, em tempo certo, restabelecerá a verdade e a honra da família Richa”.

22 JAN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Esconde-esconde

**Flávio Bolsonaro traz explicações inconsistentes para transações financeiras e amplia desgaste do governo, por mais que vice tente dissociar as coisas**

Ganharam corpo nos últimos dias as suspeitas em torno da movimentação financeira do senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e de Fabrício Queiroz, que era seu motorista até outubro passado.

O primeiro relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre as contas de Queiroz, que veio à tona em dezembro, apontou R\$ 1,2 milhão em saques e depósitos incompatíveis com suas atividades conhecidas.

Na última sexta-feira (18), soube-se que o Coaf também tem razões para desconfiar de Flávio. Segundo o órgão, o filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro (PSL) recebeu R\$ 96 mil em dinheiro em junho e julho de 2017. Foram 48 depósitos de R\$ 2.000, em cinco dias, num caixa eletrônico.

No fim de semana, o jornal O Globo noticiou que o Coaf encontrou R\$ 7 milhões nas contas de Queiroz, entre 2014 e 2016.

A maneira como Flávio e seu ex-assessor reagiram a essas revelações contribuiu pouco para esclarecer a origem dos recursos que movimentaram, mas serviu para aumentar a estranheza do caso.

Chamado pelo Ministério Público do Rio para depor, Queiroz faltou em duas ocasiões, citando a necessidade de tratar um câncer. Antes de se internar, concedeu breve entrevista em que deixou a maioria das perguntas sem resposta.

Flávio, por sua vez, recorreu ao Supremo Tribunal Federal para

travar as investigações, no que foi atendido pelo ministro Luiz Fux.

Numa série de entrevistas a emissoras de televisão, Flávio atacou os promotores que o investigam e disse que as transações financeiras estão associadas a negócios com um apartamento no Rio, que ele comprou na planta e depois vendeu.

Flávio aceitou que o comprador pagasse uma parcela em dinheiro e diz ser esta a explicação para os intrigantes depósitos de 2017. Falta esclarecer por que preferiu fazê-los picados se poderia ter depositado tudo de uma vez só no caixa do banco, ou buscado formas mais simples para receber os valores.

Também soou pouco convincente sua justificativa para a corrida ao STF, onde ganhará direito a foro especial depois que assumir o mandato de senador, em fevereiro.

Flávio diz ser alvo de perseguição, mas o tribunal já deixou claro que a prerrogativa dos congressistas se restringe a atos praticados no exercício do mandato. Parece evidente que seu objetivo no Supremo é apenas ganhar tempo.

É uma estratégia perigosa, que prolonga o desgaste e aumenta o embaraço para o governo de seu pai — por mais que o vice-presidente, Hamilton Mourão, diga que uma coisa nada tem a ver com a outra.

O melhor para o país seria que Flávio parasse de apostar na confusão e oferecesse explicações consistentes para a origem e as andanças dessa dinheirama.

22 JAN 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Filho de Bolsonaro construiu patrimônio antes de ser empresário

Atividade citada por Flávio Bolsonaro para explicar evolução financeira teve início em 2015, após maior parte das suas aquisições imobiliárias

Camila Mattoso, Ranier Bragon e Italo Nogueira

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO O senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) construiu seu patrimônio antes de se declarar empresário, de acordo com informações cartoriais, da Justiça Eleitoral e da Junta Comercial do Rio de Janeiro.

O ainda deputado estadual é sócio da Bolsotini Chocolates e Café Ltda, uma franquia da Copenhagen no Via Parque Shopping, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

De acordo com a Receita Federal, a empresa foi aberta em 7 de janeiro de 2015 e tem mais um sócio.

Essa foi a única atividade empresarial que o senador eleito declarou em toda a sua trajetória política, desde 2002.

Fabrizio Queiroz, ex-motorista do deputado estadual, é investigado sob suspeita de ser o pivô de um esquema ilegal de arrecadação de parte dos salários de servidores do gabinete, prática conhecida como rachadinha.

A partir da investigação, o Ministério Público do Rio solicitou ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) relatório sobre as contas de Flávio. O levantamento apontou 48 depósitos de R\$ 2.000 para o deputado entre junho e julho de 2017.

Em entrevista à TV Record no domingo (20), o filho do presidente Jair Bolsonaro afirmou que tentam de “forma baixa” insinuar que a origem de seu dinheiro tem a ver com ex-assessores de seu gabinete.

“Explico mais uma vez. Sou empresário, o que ganho na minha empresa é muito mais do que como deputado. Não vivo só do salário de deputado”, afirmou o senador eleito.

Como mostrou a Folha no ano passado, Flávio fez pelo menos 20 transações imobiliárias em 14 anos, entre compras, vendas e permutas.

A maior parte das aquisições ocorreu antes de 2015, segundo dados de cartório. Em alguns casos, o parlamentar fez dívidas e só as quitou depois, quando já tinha a loja.

Segundo a assessoria da Copenhagen, “o retorno do investimento aplicado ocorre de dois a três anos após o início das atividades”. Ou seja, no caso de Flávio, só começaria a ocorrer em 2017 ou 2018.

A **Folha** apurou com pessoas familiarizadas com esse tipo de franquia que o faturamento bruto (não descontados os impostos e outras despesas) é de cerca de R\$ 60 mil ao mês. A Copenhagen não divulga faturamento de seus franqueados.

A **Folha** perguntou a Flávio se ele exerce mais algum trabalho além da sociedade na

filiar de chocolates e o mandato. A assessoria informou que ele não se manifestaria.

Uma reportagem da revista Piauí, de setembro de 2016, relata que o deputado estadual entregou um cartão de sua filial na Barra da Tijuca e chamou a atividade de plano B.

“A gente nunca sabe quanto tempo vai permanecer na política e é importante ter um plano B”, afirmou.

Atualmente, o salário de um deputado estadual do Rio é de R\$ 25,3 mil brutos.

Na última declaração de bens, de 2018, Flávio disse ter R\$ 1,74 milhão — considerando o fato de que ele diz ser dono de apenas 50% dos imóveis, já que é casado em regime de separação de bens.

Ele entrou na vida política em 2002, com apenas um carro Gol 1.0, declarado por R\$ 25,5 mil.

Entre 2012 e 2014, Flávio teve uma intensa movimentação imobiliária.

Suas duas últimas grandes aquisições, um apartamento no bairro de Laranjeiras e outro na Barra da Tijuca, no Rio, ocorreram antes de 2015.

Os dois imóveis foram registrados ao custo de R\$ 4,2 milhões. Nos dois casos, o filho de Bolsonaro pediu empréstimos, um na Caixa e outro no Itaú, respectivamente.

**CONTINUA**

Segundo a versão de Flávio, a dívida de R\$ 1 milhão com a Caixa foi quitada em 2017.

Valor aproximado foi detectado em um segundo relatório do Coaf, divulgado pelo Jornal Nacional, da TV Globo, sobre movimentações atípicas na conta do filho do presidente. O órgão não identificou a data exata e o beneficiário.

Flávio não explicou a origem do dinheiro pago à Caixa.

Além de dizer que o retorno de investimento demora entre dois e três anos para ocorrer, a Kopenhagen informou ainda que "para aquisição de uma franquia nos moldes da do filho do presidente da República é cobrada uma taxa de R\$ 45 mil, além de investimento de R\$ 350 mil, mais R\$ 100 mil de capital de giro".

“

Sou empresário, o que ganho na minha empresa é muito mais do que como deputado. Não vivo só do salário de deputado

**Flávio Bolsonaro**  
senador eleito, em entrevista à Record

### Procurador diz investigar outros 26 deputados estaduais

O procurador-geral de Justiça do Rio, Eduardo Gussem, disse a jornalistas nesta segunda-feira (21) que 27 deputados estaduais, entre eles Flávio Bolsonaro (PSL), são investigados na área cível. Todos foram citados no relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) que identificou movimentações financeiras atípicas de servidores da Assembleia do Rio. "Existem investigações na área cível contra todos os deputados estaduais citados no relatório do Coaf", afirmou. Gussem foi enfático ao dizer que o Ministério Público estadual e o Coaf agiriam de acordo com a lei no caso e defendeu que é preciso fortalecer os órgãos de controle no combate à corrupção.

### Comprador confirma versão de Flávio sobre dinheiro vivo

**RIO DE JANEIRO** O ex-atleta Fábio Guerra confirmou nesta segunda-feira (21) que pagou cerca de R\$ 100 mil em dinheiro vivo ao senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) para quitar parte da compra de um imóvel no Rio de Janeiro.

Os valores foram repassados, segundo Guerra, entre junho e julho de 2017, período em que o Coaf apontou depósitos suspeitos que somam R\$ 96 mil na conta do senador eleito.

"Paguei em dinheiro porque havia recebido em dinheiro pela venda de outro apartamento. Como recebi aos poucos, fui pagando aos poucos", disse Guerra, que afirmou não ter mais contato com parlamentar eleito.

A declaração corrobora a versão dada por Flávio em entrevistas às TVs Record e Rede TV!. O Coaf caracterizou a movimentação como suspeita porque houve 48 depósitos de R\$ 2.000 em sequência na conta do senador eleito.

Os cerca de R\$ 100 mil pagos em dinheiro, segundo Guerra, foram parte dos R\$ 550 mil pagos como sinal da transação. A escritura, lavrada em agosto, não descreve a forma de pagamento do sinal. Outros R\$ 50 mil foram pagos em cheques entregues no momento da concretização do negócio.

O documento também corrobora a versão do senador eleito sobre o pagamento do título de R\$ 1 milhão à Caixa, identificado pelo Coaf. A escritura afirma que o valor se refere ao pagamento do financiamento de um empréstimo feito no banco, pago em junho de 2017.

22 JAN 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Decreto sobre armas não é medida de combate à violência, afirma Mourão

Gustavão Uribe

BRASÍLIA O presidente em exercício Hamilton Mourão afirmou nesta segunda-feira (21) que o decreto que facilitou a posse de armas no país não é uma medida de combate à violência.

Para o militar, que assumiu o cargo no domingo (20), a iniciativa é apenas o cumprimento de uma promessa de campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro, que está em viagem a Davos, na Suíça, para participar do Fórum Econômico Mundial.

“Não vejo como uma questão de medida de combate à violência. Vejo apenas, única e exclusivamente, como atendimento de promessa de campanha do presidente e que vai ao encontro dos anseios de grande parte do eleitorado dele”, disse Mourão.

Em entrevista à Rádio Gaúcha, o general observou que a proposta sofreu tanto críticas por ser severa como por ser branda —alguns apoiadores de Bolsonaro queriam que o porte de armas fosse liberado também. Mourão elo-

giou o fato de o decreto ficar no meio termo. “Ela foi criticada tanto por um lado como pelo outro. Sofreu tiros de tudo o que é lado. Eu acho que a virtude está no meio. E ela foi no meio”, ponderou.

Na semana passada, Bolsonaro criticou o que chamou de “falácias” sobre o decreto e disse, em mensagem nas redes sociais, que a pior delas é a de que a iniciativa não resolve o problema da segurança pública no país.

Mourão avaliou ainda que não é possível dizer hoje que há uma possibilidade “concreta” e “real” de o Congresso Nacional facilitar também o porte de armas no país.

Em sua avaliação, ainda é necessário aguardar o posicionamento sobre o tema do novo Poder Legislativo, que toma posse no início do próximo mês e teve um elevado percentual de renovação.

“Não conhecemos ainda o posicionamento desse Congresso Nacional que vai iniciar. Eu acho que há uma certa distância em a gente considerar que isso é viável”, afirmou.

## MÔNICA BERGAMO

**QUADRO NEGRO** O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu uma aula sobre semipresidencialismo —combinação entre o parlamentarismo e o presidencialismo— na pós-graduação da Universidade de Lisboa, em Portugal.

**QUADRO NEGRO 2** Segundo o ministro, que foi convidado pela universidade, o país lusitano é um exemplo bem-sucedido do regime.

## PAINEL DO LEITOR

### Maioridade penal

A lei garante proteção integral ao menor de 18 anos levando em conta seu desenvolvimento mental incompleto. A proposta de reduzir a maioria penal desconsidera a condição peculiar do menor. O envolvimento de menores na criminalidade diminuirá conforme haja melhora da qualidade da escola pública e a erradicação da pobreza, da marginalização e das desigualdades (“Discursos vazios exploram o medo e a boa-fé”, de Liana de Paula e Mariana Chies Santiago Santos, *Tendências / Debates*, 19/1).

Jairo Edward De Luca (São Paulo, SP)

22 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Chefe do MP diz que Flávio e mais 26 deputados são investigados

Renata Batista

Agência Estado

Rio - O procurador-geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ), Eduardo Gussem, afirmou nesta segunda-feira (21) que o deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL) e outros 26 deputados estaduais fluminenses citados no relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) são investigados na esfera civil por suspeita de improbidade administrativa.

Segundo ele, por enquanto, não há nenhuma investigação criminal decorrente das informações contidas no relatório, embora as suspeitas de "cotização" de salários de funcionários de gabinetes da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) possam configurar crime de peculato.

Nesse momento, disse, o Ministério Público está "apurando" os fatos contidos no relatório. Dessa apuração, poderá ser instaurada uma investigação criminal. "Ninguém é investigado. Inicialmente estamos apurando fatos", disse.

De acordo com o procurador, o caso foi encaminhado a seu gabinete porque o Coaf considera o nível hierárquico da maior autoridade citada no relatório para definir a esfera de investigação. Até ago-

ra, apenas os deputados estaduais Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), André Ceciliano (PT), Paulo Ramos, citados no relatório, já se apresentaram ao MPERJ para prestar esclarecimentos.

Gussem rebateu as acusações de que esteja fazendo uso político das informações e que tenha quebrado o sigilo bancário de Flávio. "Se alguém cometeu alguma quebra de sigilo, alguma irregularidade, definitivamente não foi o MPERJ", disse.

Segundo ele, o Coaf encaminhou documentação ao MP espontaneamente por meio do protocolo que existe entre as agências para combater lavagem de dinheiro. Os documentos chegaram ao MPERJ em janeiro de 2018, foram para o laboratório de combate à lavagem de dinheiro e, em julho, o MPERJ abriu as primeiras portarias sobre as apurações ainda "sem identificar os deputados estaduais".

Para o procurador, o fato de um servidor estar vinculado a um determinado gabinete não significa que o deputado tenha praticado atos ilícitos. "A informação de que um anda mais rápido que o outro também não condiz com a realidade", completou.

## DEPÓSITOS

Trechos de um relatório do Coaf revelados na última semana pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, mostraram que Flávio Bolsonaro recebeu em sua conta pessoal 48 depósitos de R\$ 2 mil feitos em um caixa eletrônico da Alerj e pagou R\$ 1.016.839 de um título bancário da Caixa.

À Rede TV, Flávio Bolsonaro repetiu que os depósitos fracionados em sua conta no valor total de R\$ 96 mil e o pagamento de um título de R\$ 1 milhão junto à Caixa Econômica Federal são fruto de transação imobiliária. A mesma versão ele deu em entrevista à TV Record, também exibida neste domingo.

**22 JAN 2019**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **INFORME**

#### **Transparência**

O Ministério Público do Paraná terá, a partir desta terça-feira (22), um Diário Oficial próprio para dar publicidade aos atos administrativos. A deliberação foi publicada no Diário Oficial do Poder Executivo estadual pelo Procurador-Geral de Justiça, Ivonei Sfoggia, no último dia 3 e, por conta de adequações no site oficial do MPPR, passará a ser publicado somente a partir desta terça. O Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Paraná (DEMPPR) será público durante os dias úteis, sempre às 9h30, exceto quando não houver expediente.

## MP-RJ rebate acusação de Flávio Bolsonaro

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, negou que o MP-RJ (Ministério Público do Estado do Rio) tenha cometido irregularidades durante as investigações contra o deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL) e seu ex-assessor Fabrício Queiroz. Os investigadores confirmaram que 27 parlamentares da Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio) estão na mira da operação Furna da Onça. O trabalho é feito na área cível, e não na criminal.

Foi com a ação que o escândalo envolvendo a família do presidente Jair Bolsonaro (PSL) veio à tona. “Houve quebra do sigilo dos deputados? É óbvio que não. Com base na Lei 9.613 [sobre ocultação de bens, direitos e valores e crimes de lavagem de dinheiro] e seus artigos 14 e 15, há 20 anos, procedemos da mesma forma”, afirmou Gussem.

Os deputados são investigados por improbidade administrativa. Na semana passada, o filho mais velho de Bolsonaro acusou o MP de estar fazendo, ocultamente, uma investigação contra seu mandato desde “meados do ano passado” e “usando vários atos ilegais”. O procurador ainda reforçou que a apuração não tem caráter partidário e que o levantamento sobre as movimentações financeiras foi feito pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

### Pagamento em dinheiro

Em entrevista à “Folha de S. Paulo”, o ex-jogador de vôlei de praia Fábio Guerra confirmou, ontem, a versão do senador eleito do PSL sobre o recebimento de cerca de R\$ 100

mil em dinheiro vivo. De acordo com o atleta, o valor foi entregue ao parlamentar para quitar uma dívida referente a um imóvel na zona sul carioca. O jornal indicou também que entre 2014 e 2017 Flávio adquiriu dois apartamentos em bairros nobres do Rio. As aquisições teriam movimentado mais de R\$ 4 milhões.

O Coaf classificou como movimentações suspeitas os 48 depósitos de R\$ 2 mil realizados na conta do deputado estadual entre os meses de junho e julho de 2017. A explicação havia sido dada anteriormente pelo filho do presidente da República, em entrevista a canais de TV. A operação ocorreu no caixa eletrônico dentro da Alerj.

Flávio Bolsonaro alega que R\$ 2 mil é o valor máximo para depósitos permitido em pontos de autoatendimento do Itaú, banco em que tem conta declarada. Na sexta-feira, o ministro Luiz Fux, plantonista no STF (Supremo Tribunal Federal), concedeu liminar que suspende temporariamente a investigação sobre o episódio. A decisão atendeu a um pedido do parlamentar.

### Repercussão na Alerj

O desgaste com essas investigações podem custar ao partido de Flávio a cadeira de presidente da Alerj. É uma tradição na Casa que a sigla com a maior bancada ocupe a presidência. O PSL é a legenda com mais parlamentares na legislatura. O problema é que o seu principal articulador, o primogênito do presidente da República, está concentrado na sua defesa. Por isso, o partido pode não ter um representante na disputa.